

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DAS IFES NO RN: PERCEPÇÕES E ATUAÇÕES DA BUROCRACIA INTERMEDIÁRIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Andreza dos Santos Sousa

Este artigo investiga a atuação da burocracia intermediária na implementação da política de expansão das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. Com base em entrevistas com gestores públicos vinculados às universidades UFRN, UFRSA e ao IFRN, a pesquisa analisa como esses atores mediaram decisões políticas e operacionais no processo de interiorização do ensino superior. A partir da abordagem cognitiva da análise de políticas públicas, evidencia-se que os burócratas intermediários não apenas executaram diretrizes federais, mas também adaptaram estratégias às realidades regionais. Foram fundamentais na articulação de políticas como o REUNI, o SiSU, a Lei de Cotas e o PNAES, além de conduzirem processos internos de reorganização institucional e enfrentarem resistências políticas e burocráticas. A atuação desses gestores demonstrou ser decisiva para a consolidação de estruturas universitárias fora da capital, promovendo inclusão e desenvolvimento regional. O estudo reforça a importância da gestão pública adaptativa e do papel instrumental dos burócratas intermediários na tradução de intenções políticas em resultados concretos.

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DAS IFES NO RN: PERCEPÇÕES E ATUAÇÕES DA BUROCRACIA INTERMEDIÁRIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Andreza dos Santos Sousa

Este artigo integra os estudos sobre implementação de políticas públicas e visa compreender a atuação da burocracia intermediária no processo de interiorização da educação superior no estado do Rio Grande do Norte, no contexto da política de expansão das Instituições Federais de Educação Superior (IFES), promovida sobretudo pelos Programas REUNI e pela criação dos Institutos Federais. A análise tem como base empírica as entrevistas realizadas com burócratas de nível intermediário das instituições UFRN, UFERSA e IFRN, buscando compreender as decisões institucionais e estratégias mobilizadas por esses atores na implementação da política pública de expansão. Teoricamente, o trabalho ancora-se na abordagem cognitiva da análise de políticas públicas (Lotta, Pires e Oliveira, 2015), que entende os burocratas como sujeitos interpretativos, cujas crenças, saberes e experiências influenciam suas ações. Além disso, considera-se o entendimento de Honig (2006) sobre a complexidade da implementação de políticas e a noção de ação pública de Lascoumes e Le Galès (2012), que destaca a importância dos contextos e das interações institucionais nos processos de implementação. Assim, os burócratas intermediários são concebidos não como meros executores, mas como agentes estratégicos que operam entre os formuladores de políticas e os profissionais da linha de frente. Os resultados evidenciam que os gestores intermediários exerceram um papel fundamental na mediação entre as demandas locais e as diretrizes nacionais, sendo responsáveis por interpretar, adaptar e executar políticas estruturantes como o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), a Lei de Cotas e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Essas políticas foram essenciais para ampliar o acesso, garantir a permanência estudantil e fortalecer os compromissos com a democratização do ensino superior. Ao mesmo tempo, a atuação burocrática demandou flexibilidade institucional, sensibilidade ao território e capacidade de negociação com distintos atores políticos. Além disso, os burócratas atuaram na condução de reformas estatutárias, reorganizações administrativas e na articulação política com diferentes níveis de governo e parlamentares, especialmente na UFERSA, que contou com forte influência de emendas parlamentares para expandir seus campi. A construção de consensos internos e o enfrentamento de resistências marcaram esse processo, especialmente nas fases de definição das localidades atendidas, escolha dos cursos a serem ofertados e consolidação das estruturas físicas e pedagógicas. A

FACISA (UFRN), por exemplo, é um caso emblemático dessa mediação. A burocracia intermediária soube articular a expansão com base em estruturas já existentes, como o curso de Enfermagem, e adaptou sua oferta acadêmica às necessidades regionais, resultando na criação de novos cursos e programas de pós-graduação. Na UFERSA, a implementação de novos campi em municípios do semiárido potiguar como Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros, ilustra o papel desses atores na condução de negociações com o MEC, com parlamentares e na formulação técnica de propostas respaldadas por dados de desigualdade educacional. Tais decisões evidenciam como fatores técnicos, políticos e territoriais se entrelaçam no processo de expansão. Já no IFRN, observou-se uma atuação voltada à consolidação da identidade institucional dos Institutos Federais, mesmo diante das dificuldades de financiamento e de conflitos em torno da natureza híbrida dessas instituições. A busca por afirmação como instituições de ensino superior, aliada à missão de atender a educação técnica e profissional, impôs desafios específicos aos burócratas, que precisaram transitar entre diferentes visões institucionais e demandas da sociedade local. Destaca-se também a percepção desses gestores sobre os desafios de permanência dos estudantes, especialmente os oriundos de camadas populares. Os depoimentos reforçam a necessidade de políticas complementares ao acesso, como o PNAES, que viabiliza condições básicas como moradia, alimentação e transporte. A expansão sem esse suporte, segundo os entrevistados, resultaria em altos índices de evasão. Em municípios do interior, a ausência de restaurantes universitários, residências estudantis ou auxílio transporte compromete diretamente a permanência estudantil. Os entrevistados relatam que muitos alunos caminham quilômetros para frequentar as aulas, o que evidencia a urgência de políticas públicas que articulem acesso e permanência. Portanto, a atuação da burocracia intermediária não se limitou à execução operacional. Ela envolveu disputas, interpretações e articulações complexas que impactaram diretamente nos resultados da política pública. A expansão das IFES no Rio Grande do Norte, mais do que um processo técnico-administrativo, revelou-se como um processo político profundamente enraizado nos contextos locais e dependente da capacidade estratégica de seus gestores intermediários. Este estudo contribui para a compreensão da implementação de políticas públicas educacionais no Brasil, ressaltando a importância de considerar os atores da burocracia intermediária como sujeitos ativos, portadores de crenças, estratégias e capacidades institucionais, que influenciam diretamente o alcance dos objetivos propostos. A pesquisa também reforça a necessidade de uma abordagem analítica que considere os contextos locais, a mediação política e os arranjos institucionais como elementos centrais na análise da ação pública, valorizando

os processos dinâmicos, não lineares e altamente contingentes que marcam a implementação de políticas educacionais em contextos periféricos.

Palavras-chave: Burocracia intermediária; Expansão das IFES; Políticas educacionais; Interiorização; Gestão pública adaptativa.

REFERÊNCIAS

HONIG, M. I. Complexity and policy implementation: challenges and opportunities for the field. In: HONIG, Meredith I. *New directions in education policy implementation: confronting complexity*. New York: State University of New York, 2006. p. 1-23.

LASCOUMÈS, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologia da ação pública*. Maceió: EDUFAL, 2012.

LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha C.; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. In: CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; LOTTA, Gabriela Spanghero (org.). *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília: ENAP, 2015. p. 23-55.